

# Economia. Brasil

## Projeções de Malan

**P**rocurou ontem o ministro da Fazenda apresentar à Nação um quadro otimista do comportamento da nossa economia. Tarefa nada fácil, por requerer credibilidade capaz de justificar tal objetivo. Reunindo a imprensa, Pedro Malan traçou perspectivas muito favoráveis para o próximo ano, ao contrário do que prevê a maioria dos economistas. Entendem estes que, em 1996, o atual programa de reajuste requererá novos sacrifícios para que os seus efeitos venham a perdurar. A equipe governamental prevê que o crescimento do PIB, no próximo exercício, se igualará, sensivelmente, ao de 1995 (cerca de 4%), o que constituiria um resultado satisfatório. Segundo o titular da Fazenda, se registrará, no entanto, uma evolução inversa à do presente ano: o primeiro semestre acusará um resultado menor e, somente na segunda fase do exercício, se poderá chegar a um crescimento bem superior.

Os mentores da nossa economia justificam suas previsões. Ao que crê o secretário de Política Econômica, José Roberto Mendonça de Barros, a flexibilização da política monetária será uma das alavancas do crescimento. Seguramente, uma redução da taxa de juros poderá contribuir para o revigorecimento da economia, mas, ao que se observa, o governo tem-se mostrado muito prudente nesse campo, levando em conta não apenas a necessidade de contenção do consumo, como também — e poderíamos ir além — dos desejos das autoridades monetárias de atrair novos capitais estrangeiros. Não há dúvida de que, para ampliar o consumo, a redução da taxa de juros teria de ser muito forte, o que não parece se coadunar com os propósitos do Planalto.

Outra justificativa para a manutenção de um índice razoável de crescimento pode repousar na elevação da taxa de investimento que, já neste exercício, passou de 15,5% para 17,5% do PIB. Tal aumento dessas aplicações decorreria, por um lado, da aceleração dos programas de privatização e de concessão dos serviços públicos ao setor privado, bem assim à am-

pliação dos fundos privados de pensão. Pode-se concordar em que, atingidos tais objetivos, haveria condições para fortalecer a demanda, visto que os investimentos estão distribuindo renda antes que cresça o PIB, o que, aliás, po-

deria representar um fator inflacionário, desde que se registre excesso de aplicações. Isso, porém, face à capacidade ociosa da indústria brasileira, oferece perigo muito limitado. Entretanto, a efetivação

de tais investimentos depende da existência de competentes recursos monetários. Pelo que se pode perguntar se a nossa poupança será suficiente para atender à concretização dessas iniciativas.

A poupança interna não é assim tão volumosa, não se podendo também esperar que o crescimento dos Fundos de Pensão privados chegue a fornecer aos investidores os recursos de que necessitam, notadamente em curto prazo. Investimentos na infra-estrutura apresentam retorno lento e reduzido, pelo que não oferecem especial atração aos mencionados fundos. Apenas na ocorrência de forte queda da taxa de juros poderiam as empresas privadas correr o risco de investir. Cumpriria contar com maior poupança externa, que ainda mantém o Brasil sob observação, não parecendo, ademais, até agora, ser bem-vindá... Segundo Malan, incumbe ao governo ampliar a poupança interna do setor público, a qual, no passado, deu origem ao surto de investimentos. Diante de tal afirmação, não nos é possível abrigar otimismo. Com efeito, sabe-se que o grande senão do Plano Real foi a contenção do setor público, com um déficit que, no atual exercício, poderá envolver 4,5% do PIB, no conceito operacional. O déficit potencial é ainda maior, tendo-se em mente a demanda econômica e social, que não pode ser atendida. Pedro Malan não explicou como poderá reduzir o déficit atual e, ainda menos, como conseguirá criar uma poupança privada, enquanto se prevê a constante avolumação dos gastos relativos à folha de vencimentos do funcionalismo. Tememos que o País se veja forçado a aceitar um crescimento inferior ao previsto.

**Malan, otimista quanto a 1996, não explicou como pretende reduzir o déficit público**

25 DEZ 1995

ESTADO DE SÃO PAULO